

Pedreiras:

da mesma moeda

Encontrar o equilíbrio entre o homem e a natureza é um problema velho como o mundo. Mas o ritmo alucinante deste final de milénio, torna cada vez mais urgente a sua resolução. O caso das pedreiras é apenas mais uma das muitas ameaças constantes do homem ao património cultural e natural. Apesar de existir um consenso em que não se pode proibir a extracção de pedra e encerrar as pedreiras, todos concordam que este é um mal necessário que é preciso controlar. A Pedra&Cal foi ao fundo do problema e mostra as duas faces da mesma moeda: as pedreiras vistas pelos olhos dos empresários e pelos olhos das associações ambientalistas. Retratos bem diferentes de uma indústria no fio da navalha. Por: Rosa Amaral

O cenário é dantesco. Gargantas profundas, gigantescas, que engolem tudo à sua volta. Feridas abertas nas paisagens que arrasam montanhas e brigam com a geografia. E depois o pó. Uma poeira fina que se cola a tudo.

E a terra seca, morta, onde nada cresce. E o barulho, um ruído constante e ensurdecedor de máquinas e camiões. É este o cenário de uma pedreira. Um cenário multiplicado por dez, cem, mil, ninguém sabe ou certo.

Encontramos pedreiras por todo o país. Legais e ilegais. Grandes e pequenas. Em paraísos naturais, como a Serra da Arrábida, ou as Serras d'Aires e Candeeiros. Ou em qualquer outro canto onde o homem descobriu maciços de calcário, basalto ou rochas ornamentais.

A exploração de pedreiras é um negócio florescente. Uma peça importante no puzzle do desenvolvimento económico de Portugal. Mas, em contrapartida, são enormes os custos causados ao património natural e cultural do país. Um problema que só nos últimos anos começou a preocupar as autoridades e a ser alvo de uma legislação mais apertada. Mas, que mesmo assim, está longe de ser resolvido.

Neste final de milénio, em que a questão do desenvolvimento sustentável parece ser a única saída para não comprometer o fim do planeta, o controle da extracção e a reabilitação das áreas onde se situam pedreiras são mais urgentes do que nunca.

Uma luta na qual as organizações não governamentais ligadas ao ambiente, como a Liga para a Protecção da Natureza, o GEOTA e a QUERCUS têm tido um papel fundamental. E em que alguns empresários já começaram a participar.

A lógica dos três "R"

Um dos principais problemas ligados às pedreiras é a recuperação e rentabilização das áreas atingidas pelas explorações. Todos concordam na necessidade de investir nesta área. Mas a realidade é bem diferente.

De acordo com Conceição Martins, Presidente do GEOTA, "Portugal ainda está muito atrasado em relação ao investimento na reutilização que, ao contrário do que muitos pensam, não é lesivo nem sequer contrário ao interesse económico". É a lógica dos três "R" defendida pelas associações ambientalistas: reduzir, reutilizar e reciclar aplicado às pedreiras.

Mas como? "Por exemplo, o caso dos entulhos, de restos de demolições. Porque é que em vez de se degradar outras áreas com estes materiais, não se recicla o que se pode reciclar - e que ainda é muita coisa - e o material restante não é utilizado para tapar as crateras de pedreiras que já não estão em exploração?"

Segundo Conceição Martins "faltam esquemas de incentivo que suportem estas soluções". Tal como falta também legislação que proteja o ambiente dos excessos das pedreiras. "Há leis mas muito insuficientes a nível dos impactos ambientais cumulativos das centenas de pedreiras espalhadas pelo país, muitas delas clandestinas".

A Presidente do GEOTA explica que no caso das grandes pedreiras é relativamente fácil estudar, caso a caso, os seus impactos ambientais, mas isso já não é possível com a soma de todas as outras pequenas pedreiras existentes.

"Li outro dia uma notícia que dizia que só no centro do país foram legalizadas dezenas e dezenas de pedreiras", conta Conceição Martins. Ou seja, explorações que fun-

as duas faces



Em Portugal ainda se estão a dar os primeiros passos na recuperação das áreas atingidas pelas pedreiras. Mas enquanto as grandes empresas avançam nesse sentido, a maioria ainda não respeita a Lei.

9

cionavam completamente à margem da lei, com tudo o que isso implica. "O grande problema são mesmo as pequenas empresas. Neste campo ainda é preciso fazer muita coisa, nomeadamente, uma maior fiscalização por parte do Ministério do Ambiente". "Onde não tem havido muito trabalho é na área dos entulhos"

Pedra a mais

Este é aliás um problema que preocupa especialmente a Presidente do GEOTA. "Está tudo ligado. Se existisse uma filosofia de aproveitamento dos entulhos, não seria necessário utilizar tanta pedra, logo seria diminuído o impacto das pedreiras". E explica: "Há uma pavimentação excessiva. É necessário explicar às pessoas que existem outros materiais que podem ser utilizados, começando pelas casas de cada um. Já reparou que os portugueses cobrem com cimento os seus pátios? É toda uma mentalidade que tem de ser mudada".

Uma outra preocupação do GEOTA relativamente às pedreiras diz respeito às áreas protegidas. "As Serras da Arrábida, d'Aires e Candeeiros são dois maciços calcários, pouco rentáveis para a agricultura, onde se desenvolveu uma vegetação característica e uma fauna muito interessante que merecem ser protegidas". Aliás, o GEOTA já fez um estudo de impacto ambiental de um conjunto de pedreiras na Serra d'Aires e Candeeiros e o resultado não foi animador. "Não são só as pedreiras em si que destroem os ecossistemas, não podemos esquecer a contínua circulação de camiões naquelas zonas e tudo o que isso implica".

E como é que se consegue estabelecer o equilíbrio entre esses tesouros da natureza e as pedreiras que as rasgam? "É muito difícil. Há zonas onde pura e simplesmente nunca deveriam existir. Noutros locais, menos sensíveis, seria necessário

estabelecer uma legislação mais apertada no campo da protecção da natureza". E uma fiscalização que funcionasse e, quem sabe, a criação de incentivos às empresas que cumprissem uma adequada gestão ambiental. "Uma espécie de certificação", adianta Conceição Martins.

Uma das zonas onde nunca deveriam existir explorações de pedreiras é a Serra da Arrábida, "onde de facto põem em risco uma área protegida". Mas esta é uma realidade e o que fazer? "Apertar a fiscalização e obrigar as empresas a recuperar o que danificaram".

Já em 1971, o problema das pedreiras assustava a Liga para a Protecção da Natureza. Numa carta enviada à Direcção-Geral dos Serviços Florestais deu-se o embargo da exploração da pedreira do Alto do Jaspe, na Arrábida.

Aproveitando a abertura política que então se fazia sentir, a LPN moveu mundos e fundos numa grande campanha pública de sensibilização da população na defesa da Serra da Arrábida. A situação da pedreira era um dos crimes ambientais denunciados e a campanha acabou por dar os seus frutos. Alguns meses depois as autoridades mandavam encerrar a pedreira de brecha no Alto do Jaspe. Mas foi apenas uma batalha. A guerra, no Parque Natural da Serra da Arrábida continua. Ainda recentemente, a LPN denunciou mais um caso, desta vez relacionado com as pedreiras do Calhariz que vão cortando a Serra pelo lado Ocidental enquanto a fábrica de Cimento Secil continua, progressivamente, a "comer" a extremidade oriental.

Radiografia da situação

Neste momento, a Liga para a Protecção da Natureza está a preparar um levantamento da situação das pedreiras tanto as que se encontram em áreas protegidas, como noutras zonas do país. Um trabalho que a Presidente da LPN, Helena

Freitas, prevê estar pronto dentro de pouco tempo e que sirva de ponto de partida para uma análise mais profunda do que deve ou não deve ser feito.

"Como é óbvio todos sabemos que não se podem eliminar as pedreiras. Temos é de propor alternativas e orientar a indústria para zonas onde não se destrua o património".

Para Helena Freitas é necessário ainda valorizar a atitude positiva das empresas proprietárias das pedreiras que se preocupam em preservar e recuperar as zonas onde inter-vêm. "Há casos de empresas, como por exemplo a Secil, que estão a fazer um investimento na recuperação ambiental. Mas é necessário valorizar essa atitude".

"No Parque Natural da Arrábida, só na recuperação de pedreiras antigas, já repusemos cerca de 800 mil espécies de plantas", afirmou à Pedra&Cal, Bravo Ferreira, da Secil. Esta empresa, um dos gigantes da área da exploração de pedreiras, tem tido uma atitude de grande abertura em relação aos problemas ambientais.

"Desde 1965, com o primeiro estudo de recuperação paisagística orientado por Edgar Fontes, que a empresa está empenhada na recuperação das suas pedreiras", conta Bravo Ferreira. No entanto, só em 1973 apresentou oficialmente o primeiro pedido de recuperação, um plano de lavra e um projecto paisagístico.

"É muito difícil recuperar as pedreiras antigas, algumas com paredes a pique de dezenas de metros. Mas propusemos avançar com a recuperação de algumas de entre elas". E como? "Depositando terra arável, deixando caminhos para a manutenção e plantando espécies características da zona".

Pedreiras antigas

Isso só aconteceu em 1981 e, segundo Bravo Ferreira, "durante muito tempo ninguém percebeu o que é que estava a ser feito, pois esta replantação não é imediatamente visível". Todo este projecto passa pela aprovação do Parque Natural da Serra da Arrábida e pela Câmara

Municipal de Setúbal. Os esquemas de recuperação são elaborados por triénios. Em cada triénio são definidas as áreas a recuperar. Uma vez aprovado o orçamento, a empresa deposita uma caução. Se a empresa não cumprir, o dinheiro está lá para que a recuperação seja feita.

Bravo Ferreira não consegue dizer de memória quanto é que a Secil já investiu na recuperação destas pedreiras. Mas garante que apenas em custos directos com mão de obra já

foram despendidos mais de 100 mil contos. "Fomos obrigados a criar um viveiro junto à fábrica, uma espécie de berçário, infantário e escola primária, onde as plantas são preparadas para a sua replantação. Temos aprendido muito e neste momento temos uma taxa de perdas muito baixa.

E quanto às pedreiras antigas, o que é que está a ser feito? Bravo Ferreira não esconde que isso é um problema permanente para a empresa. "O mais grave são as paredes verticais. Pouco há a fazer. Aprendemos com os erros do passado e agora é impensável escavar uma pedreira daquela maneira".

Para José Paulo Martins, da Quercus, são exactamente essas pedreiras antigas que constituem o maior problema. E, neste caso, não basta fazer cumprir a Lei. "Tem que existir uma vontade política para resolver o problema. E o exemplo da Secil não é mais do que isso: um exemplo que não corresponde à realidade".

Recorda casos como as pedreiras de S. Luis, em Setúbal, encerradas sem existir qualquer plano de recuperação e transformadas em depósitos de entulho e lixo tóxico. Ou um outro caso, denunciado pela Quercus, de uma pedreira na Serra d'Aires onde estavam a ser depositados hidrocarbonetos vindo das petroquímicas da zona de Cabo Ruivo, durante as obras da Expo 98.

Vontade política

"Existem casos muito graves, verdadeiros atentados ambientais e a resolução destes problemas tem que passar pelo Governo". Tal como tem que ser o Governo a decidir o que é que vai fazer com as pedreiras situadas em locais protegidos, como por exemplo a da Arrábida.

Para José Paulo Martins "é inadmissível que existam pedreiras naquele local". E adianta. "Não são só as pedreiras em si que estão a destruir aquele património natural. Há o enorme tráfego de camiões, as infiltrações e as explosões constantes. A gruta do Zambujal está toda destruída devido às explosões". E, depois, há as pessoas, as comunidades que têm de viver ao lado das pedreiras e que sentem na pele todos estes problemas.

A Quercus, aliás, recebe muitas queixas. "Pessoas que se queixam das poeiras, das explosões, da poluição das águas". Casos pontuais em que aquela associação tenta intervir. Na zona centro do País, existem já alguns projectos de educação ambiental. Mas é uma luta contra gigantes.

Segundo revelou à Pedra&Cal José Paulo Martins, neste momento a Quercus está a fazer o levantamento das questões ligadas às pedreiras existentes na zona central alentejana. "Temos um grupo de trabalho constituído por jovens licenciados que conhecem bem a realidade local e o trabalho deverá estar terminado no final do ano". E depois? "Vamos tentar encontrar soluções para problemas pontuais, caso a caso". Os grandes problemas, insiste este dirigente da Quercus, "só podem ser solucionados através de uma vontade política clara".



O encerramento das pedreiras do Parque Natural da Serra da Arrábida tem que passar por uma decisão política